

Trabalho Política Comparada

Microrregiões de Nascimento e voto pessoal

Leonardo Bueno

Miguel Jacob

Sumário

Introdução	2
Uma breve revisão da literatura	3
Voto pessoal e região de nascimento	8
Análise empírica	10
Conclusão	15
Bibliografia	17

Introdução

Uma das grandes questões das democracias modernas e de seus sistemas de representação é a dicotomia entre interesses nacionais e locais, cujos objetivos, segundo alguns autores, chegam a ser incompatíveis, (KING, 1990 apud. SHUGART; VALDINI; SUOMINEN, 2005). Assim, entender como as regras eleitorais definem os incentivos para que os representantes privilegiem interesses locais sobre interesses nacionais se tornou um tema relevante na ciência política. Por que grandes questões como universalização do ensino, saúde, segurança nacional, desenvolvimento e economia podem, em muitas circunstâncias, serem colocadas em segundo plano para que demandas locais sejam atendidas? A resposta a essa questão pode estar relacionada com a forma como selecionamos nossos candidatos e a maneira como eles irão agir em seus cargos visando suas reeleições.

No Brasil, este tópico está intimamente ligado ao que se convencionou chamar de voto pessoal. De acordo com a literatura brasileira, as regras do nosso jogo induzem ao voto pessoal, o que se refletiria em uma conexão eleitoral que favorece interesses locais, em detrimento dos nacionais. Muito embora não exista um consenso sobre uma definição do que é voto pessoal, neste trabalho procuramos fazer uma breve revisão das diversas interpretações e seguir um critério para avaliarmos esse fenômeno no nosso país. Argumentamos que o voto pessoal está relacionado com o voto local, através do que (Shugart et al., 2005) chama “atributos pessoais” dos candidatos e de sua importância para os custos de informação dos eleitores.

Pretendemos elaborar novas evidências que ajudem a entender a extensão e importância do voto pessoal e sua influência nas decisões de políticas públicas. Seguimos os achados de Avelino et al. (2016) - que utilizam o Quociente Locacional (QL) para entender a distribuição dos votos regionalmente - para verificar se há alguma relação entre o voto pessoal e as chances de sucesso na eleição dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2014. A lacuna que procuramos preencher é verificar se um candidato tem uma maior concentração de votos em sua microrregião de nascimento e se essa concentração diminui conforme a distância ao seu local de origem aumenta, o que atesta, teoricamente, para o voto pessoal. A partir disso, verificamos se concentrar os votos aumenta a chance de um candidato ser eleito.

A próxima seção faz uma revisão da bibliografia internacional e da nacional. Na seção subsequente, articulamos os conceitos de voto pessoal e voto local, bem como justificamos o uso do QL e das microrregiões de nascimento como artifícios teóricos. Também explicitamos nossa questão de pesquisa e nossa estratégia empírica. Por fim, apresentamos os resultados e concluímos.

Uma breve revisão da literatura

Uma das dificuldades ao se lidar com o tema do “voto pessoal” é a inexistência de um consenso sobre como defini-lo na literatura internacional (e também na nacional, como veremos): não há unanimidade quanto ao conceito, mas várias definições. Conseqüentemente, para melhor estabelecer o debate sobre o tema, faremos uso de um recorte na literatura. Pode-se dividir os trabalhos em duas frentes. Aqueles cuja preocupação é explorar o comportamento dos legisladores ou dos candidatos e aqueles em que os atributos pessoais do político são a maneira pela qual ele pode se diferenciar dos outros na arena eleitoral.

Em ambas as frentes, considera-se que existem custos informacionais inerentes ao processo eleitoral e que os eleitores tentam de diversas formas diminuí-los. Em outras palavras, em sistemas proporcionais em que, em geral, podem existir um número altíssimo de candidatos concorrentes, é muito difícil para o eleitor diferenciar as diversas opções de voto através das informações que lhe chegam. Os eleitores podem, então, olhar para o comportamento prévio do candidato ou para atributos pessoais; tanto em um como noutro caso, o objetivo é coletar informações para direcionar o voto.

De acordo com essas interpretações, existiria um incentivo para que os candidatos focassem suas estratégias de campanha na busca do voto pessoal, instrumentalizada pela concentração de votos. O *constituency service*, presente no livro de Cain et al. (1987) que consolida a temática do voto pessoal, seria um exemplo de comportamento dos legisladores com vistas a garantir votos através de uma relação pessoal com os eleitores. Neste conceito, o legislador se vale de seu mandato para atender as demandas locais de parte de seu eleitorado, seja através de emendas para políticas *pork-barrel* ou resolução de problemas caso a caso. Há,

portanto, uma identificação do voto pessoal como um contato direto entre político e eleitor.

Para Cain et al. (1987), o *constituency service* ocorre porque, como a competição é muito acirrada e há flutuações frequentes no voto partidário, o candidato deve procurar, primeiro, se diferenciar dos demais candidatos e, segundo, garantir que as flutuações negativas da parcela partidária de seu voto não lhe afetem. Para isso, ele tenta se desvincular em alguma medida do partido, buscando aumentar sua chance de eleição através do aumento no número de votos dados diretamente a ele. Esses ganhos provenientes do *constituency service* serviriam como incrementos marginais, pois as eleições que estes autores analisam costumam ser bastante disputadas¹. Dessa forma, o voto pessoal seria complementar ao voto partidário, e não antagônico (o que não costuma ser aceito na literatura brasileira).

Nesta mesma linha comportamental, Carey & Shugart (1995) procuram entender como as diferentes regras eleitorais podem estabelecer diversos incentivos para que os candidatos cultivem reputações pessoais *vis-à-vis* a reputação do partido. Eles partem do pressuposto bem estabelecido de que há um dilema entre interesse eleitoral coletivo de uma dada agremiação partidária e o interesse eleitoral individual dos políticos que concorrem sob essa legenda. Há, segundo os autores, um problema de ação coletiva, no sentido de que os candidatos devem estabelecer e manter a reputação do partido de forma conjunta. Em sistemas eleitorais em que a reputação do partido importa mais para o sucesso dos candidatos, a tensão com relação a reputação individual diminui; porém, em sistemas em que o voto no candidato é mais importante do que o voto no partido, essa tensão é aflorada (AMES, 1992 apud. CAREY; SHUGART, 1995; COX, 1987 apud. CAREY; SHUGART, 1995; FIORINA, 1977 apud CAREY; SHUGART, 1995; KATZ, 1980 apud CAREY; SHUGART, 1995; MCCUBBINS; ROSENBLUTH, 1994 apud CAREY; SHUGART, 1995; REED, 1994 apud CAREY; SHUGART, 1995).

Embora Carey & Shugart (1995) não definam voto pessoal nos mesmos termos de Cain et al. (1987), eles também o associam ao particularismo legislativo, ou seja, à ideia de que há o comportamento de distribuir políticas públicas locais, tais como *pork-barrel*, ou resolver problemas pessoais do eleitorado com a

¹ Cain et al. (1987) avaliam eleições legislativas nos EUA e Grã-Bretanha.

burocracia governamental (CAREY; SHUGART, 1995, p. 419). Essa atitude seria um meio para se atingir reputação pessoal e haveria indícios de sua importância para o sucesso eleitoral (LANCASTER; PATTERSON, 1990 apud. CAREY; SHUGART, 1995).

Além disso, Carey e Shugart (1995) analisam características sistêmicas eleitorais que funcionariam como incentivo para a busca pela reputação pessoal, ou seja, variáveis que enalteceriam a busca pelo voto pessoal (*personal vote seeking*). Eles listam: (a) a falta de controle partidário na formulação da lista, o controle de urna, (b) o agrupamento do voto atribuído ao candidato ao próprio candidato, e não somente ao seu partido (*vote pooling*), (c) a possibilidade dos eleitores votarem uma vez, intrapartidariamente (ao invés de um voto partidário ou múltiplos votos intrapartidários), e (d) a (maior) magnitude do distrito, se o sistema utilizado for de voto único não-transferível (*single non-transferable vote*) ou lista aberta.

O terceiro texto de referência da literatura se encaixa no grupo de trabalhos que focam nos atributos pessoais dos candidatos como mecanismos de informação para a tomada de decisão de voto por parte dos eleitores. Shugart et al. (2005) argumentam que as regras eleitorais incentivam os eleitores à procura de pistas sobre a disposição dos candidatos em fornecer soluções para as necessidades locais. Os atributos pessoais seriam pistas mais eficazes do que o comportamento do tipo *constituency service*, uma vez que são intrínsecas à trajetória do candidato e, portanto, não podem ser facilmente modificados. O foco desta literatura não é mais nas atitudes dos políticos, mas sim em suas características imutáveis. Os exemplos a serem explorados são locais de origem e cargos assumidos previamente ao longo da carreira dos políticos, que nunca mudam, a não ser que o candidato falsifique ou esconda essas informações. Os eleitores, assim, poderiam olhar para essas características estáticas e aferir a credibilidade das diferentes opções de voto.

Há nessa análise a aproximação do voto pessoal ao voto local, na medida em que os atributos que rendem votos pessoais (*personal vote-earnings attributes*, PVEA) são mais facilmente reconhecidos pelos eleitores nos candidatos locais do que em candidatos de localidades distantes. Ou seja, o eleitor reconhece a um custo menor os PVEA do candidato de sua localidade, enquanto é mais difícil para ele captar a credibilidade de um candidato “forasteiro”. Isto ocorre porque a informação é limitada regionalmente. Pode-se, assim, explicar porque alguns candidatos têm

votações tão concentradas em determinadas regiões. Ressaltamos que essa relação entre voto pessoal e local é particularmente importante para este presente trabalho, como procuramos demonstrar mais adiante.

Como estão preocupados com os mecanismos pelos quais as regras eleitorais afetam o *trade-off* entre interesses locais e nacionais, Shugart et al. (2005) procuram entender de que forma algumas variáveis institucionais alteram a demanda dos eleitores por informações a respeito dos atributos dos candidatos. Isso deve ajudar a esclarecer dúvidas sobre que tipos de candidatos são eleitos (selecionados) e qual será seu comportamento legislativo. As variáveis exploradas são: tipo de lista dos partidos – fechada ou aberta – e magnitude dos distritos. De acordo com esta literatura, sistemas de lista aberta e de magnitude alta propiciam a oferta de candidatos voltados para as questões locais (voto pessoal e local) em detrimento das nacionais.

A literatura apresentada até o presente momento nos leva a acreditar que, no caso brasileiro, os candidatos têm um grande incentivo ao cultivo do voto local pessoal e à disputa intrapartidária, uma vez que nos encontramos em um ambiente partidário enfraquecido e utilizamos um sistema proporcional de lista aberta, com distritos de grande magnitude, como aponta Mainwaring (1991).

O trabalho de Barry Ames (1995) apresentou importantes evidências sobre a distribuição de votos no Brasil. Segundo ele, as características do sistema eleitoral brasileiro levam a uma concentração de votos em regiões específicas. Os candidatos não teriam a necessidade de investir em uma campanha abrangente estadualmente para se elegerem, uma vez que nosso sistema permite a um candidato obter uma cadeira no legislativo mesmo que ele ou ela abocanhe um número de votos grande o suficiente para se eleger em apenas uma parcela do distrito eleitoral (em detrimento de uma variedade locacional). Priorizar regiões também seria vantajoso para o candidato por diminuir custos de campanha – e, por vezes, simplesmente possibilitar o acesso aos eleitores, uma vez que os grandes veículos de comunicação se ocupam em primeiro lugar com as eleições majoritárias.

Assim, no cenário que a literatura constrói para nosso país, a estratégia dominante dos candidatos brasileiros seria a busca do “voto pessoal”, exposta acima por Mainwaring, que se associa fortemente à concentração de votos, como

apresentado por Avelino et al. (2016). Dessa forma, é de se esperar, também, que a adoção de um comportamento por parte dos políticos que valorize o voto local tenha uma consequência natural: a concentração de seus votos na parcela do distrito onde o candidato concentrou seus esforços de campanha, com alcance ampliado às áreas vizinhas, pois

“o voto pessoal estaria implícito na constatação de que a área de concentração dos esforços de campanha não seria escolhida de forma aleatória; mas, deveria privilegiar áreas nas quais o candidato já tivesse seu nome reconhecido como liderança local. Em outras palavras, o tipo de candidato mais eficiente deveria ser aquele com uma liderança local – e pessoal – o que presumivelmente aumentaria a credibilidade das promessas do candidato e facilitaria a persuasão dos eleitores. ” (AVELINO; BIDERMAN; DA SILVA, 2016, p.8)

Apesar das constatações de Ames a respeito do grau de concentração das eleições e de sua consequência lógica - a de que o voto pessoal é a principal característica das eleições brasileiras em contraposição ao voto partidário - Avelino et al. (2016) apresentam indícios de que essa preponderância do voto pessoal talvez não seja tão acentuada como se imaginava. Neste trabalho, os autores mostram que os candidatos eleitos possuem em média graus de concentração mais baixos do que os candidatos não eleitos². Isso os leva a crer que para obter sucesso eleitoral os candidatos devem transpor a barreira do voto pessoal e buscar votos em locais distantes do seu tradicional reduto. Ou seja, aqueles candidatos que desconcentram o voto teriam mais chances de se elegerem.

Dessa forma, nosso trabalho pretende aprofundar a tese de Avelino et al. (2016), mostrando como se comportam os votos na microrregião de nascimento dos candidatos – uma possível *proxy de capital político* factível de se trabalhar em larga escala. Seguimos a linha argumentativa de Shugart et al. (2005) ao optar por avaliar o índice de concentração QL para as microrregiões de nascimento de cada candidato, a nível nacional e para o estado de São Paulo, como uma medida de atributos pessoais dos políticos. Antes de mostrar os resultados, na próxima seção

² Essa condição valeria a nível municipal e a nível de microrregiões, com evidências mais fracas para mesorregiões. O índice utilizado nos cálculos é o G, um índice de concentração espacial que denota a concentração geográfica em setores.

explicamos porque usamos as regiões de nascimento, o índice QL e o nível de microrregiões, além de explicitar a pergunta a ser respondida no presente trabalho.

Voto pessoal e região de nascimento

A principal preocupação deste trabalho é lapidar o entendimento da importância do voto pessoal para as eleições brasileiras, bem como contribuir com uma análise sobre a (sugerida) estratégia dominante de se concentrar esforços de campanha (e, conseqüentemente, votos) em uma região onde se tem alto capital político, apresentada na literatura. Como vimos, o termo voto pessoal ainda não tem uma definição amplamente aceita. Seguiremos, assim, os direcionamentos de (Shugart et al., 2005) ao explorar a variável índice de concentração QL da microrregião de nascimento de cada candidato como *proxy* para voto pessoal. Identificamos a região de nascimento como um atributo pessoal que os políticos carregam e que funciona como um atalho informacional para os eleitores (tal qual sugerem estes autores). No entanto, antes de tomar isso como certo, verificamos se, de fato, os candidatos concentram seus votos (têm maior QL) em suas microrregiões de nascimento.

Dado o sistema eleitoral brasileiro, que possui lista aberta e grande magnitude, haveria um incentivo maior aos candidatos em suprir a demanda informacional dos eleitores através de relações pessoais, em detrimento de enfatizar o fortalecimento da imagem do partido. As questões nacionais ficariam de lado enquanto os interesses locais seriam privilegiados. Dado esse atalho informacional, o voto pessoal teria tal componente local. Buscamos captar essa aproximação ao computar o quociente locacional de concentração regional. O índice por si só teria a função de sintetizar o voto local, ao identificar regionalmente quais são os redutos de melhor votação relativa de cada candidato. Ao dar ênfase nos índices das regiões de nascimento, o trabalho procura direcionar a análise para o aspecto pessoal do voto.

Em vez de utilizar o município de nascimento do candidato, utilizamos as microrregiões do IBGE como nível de análise, uma vez que acreditamos que a popularidade de um candidato não deve se limitar à sua cidade natal e, possivelmente, deve transbordar aos municípios vizinhos. É de se esperar que

muitos candidatos, embora nascidos em determinado município, façam carreira política em municípios próximos. Isso seria especialmente relevante em regiões metropolitanas densamente povoadas, ou em regiões ermas com poucos candidatos. Um candidato natural da Zona Sul de São Paulo, por exemplo, pode muito bem estender seus laços pessoais e sua carreira política para São Caetano do Sul. Neste caso, ele pode muito bem ter uma votação alta em São Caetano, que possui população menor, e ter uma votação não tão expressiva em São Paulo. Um candidato de uma cidade média no interior de São Paulo pode trabalhar pelas cidades de sua região, também, ampliando sua área de influência. Ao direcionar a análise para microrregiões atenuam-se tais efeitos, embora, por outro lado, o pressuposto de voto pessoal se enfraqueça. Ainda assim, de acordo com (AVELINO; BIDERMAN; DA SILVA, 2016, p. 24), “a mudança da unidade de análise à microrregião, (...), resulta em aumento da concentração eleitoral, sugerindo que os candidatos – tanto os eleitos como os não eleitos – concentram seus recursos mais neste tipo de divisão geográfica”. Além disso, se chegarmos à conclusão de que nem para microrregiões a concentração é tão relevante para o sucesso eleitoral, ela provavelmente também não o será para municípios. De toda forma, fazer esse estudo a nível municipal no futuro só teria a acrescentar na literatura. Não sugerimos o estudo no nível de mesorregiões por entender que, dado sua magnitude, o conteúdo local do voto pessoal se dilui facilmente.

Na próxima seção focamos nos resultados empíricos que buscam responder às perguntas: os candidatos, de fato, concentram seus votos na sua microrregião de nascimento (isto é: esta é uma boa *proxy* para o que a literatura preconiza)? Qual a importância da microrregião de nascimento para o sucesso eleitoral dos candidatos? A estratégia de priorizar o voto pessoal e concentrar esforços de campanha em sua região natal é suficiente para a eleição ou, no mínimo, aumenta as chances de um candidato se eleger?

Nossa estratégia empírica é, primeiro, avaliar se a região de nascimento é um local onde os candidatos realmente tem expressiva votação em relação às demais regiões. Em seguida, procuramos verificar se a concentração de votos na região de nascimento aumenta a probabilidade de sucesso eleitoral (leia-se, ser eleito). Se o voto pessoal for tão relevante para as eleições brasileiras como a literatura preconiza, é de se esperar que concentrar votos na região de nascimento aumente a probabilidade de eleição. Mas se, ao contrário, o efeito da concentração for muito

pequeno, negativo ou até não significativo, entendemos que concentrar esforços de campanha (e, conseqüentemente, votos) em sua origem não é a melhor estratégia a ser adotada por um candidato.

Análise empírica

A partir do exposto e, para responder às perguntas propostas, partindo de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) organizados inicialmente pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP), montamos uma base que contém todos os 5.882 candidatos e candidatas³ a Deputado Federal nas eleições brasileiras de 2014, com seus respectivos votos por agregação geográfica, além de outros detalhes de cada um, como filiação partidária, idade, local de nascimento, resultado da eleição, resultados de eleições anteriores, entre outras. No caso, a agregação utilizada foi a de microrregiões brasileiras feita pelo IBGE, que reúne os municípios contíguos em 555 grupos com similaridades socioeconômicas.

O primeiro passo foi buscar padrões que corroborassem as hipóteses de que o voto nos candidatos brasileiros se concentra nas localidades onde nasceram, ou seja, que o local de nascimento do candidato é um atributo pessoal válido - nos termos de Shugart et al.(2005). Buscamos verificar, então, qual a parcela dos candidatos cujas microrregiões que lhes renderam mais votos são aquelas onde nasceram, algo que corroboraria com local de nascimento como atributo pessoal. Para o recorte brasileiro, observamos que 70% dos candidatos tiveram a maior parcela de seus votos nas suas microrregiões natais. Há pouca diferença caso se faça a mesma análise segmentando por candidatos eleitos e não eleitos: 61% e 70%, respectivamente. Para o Estado de São Paulo, respectivamente, estes valores são de 64%, 64% e 62%.

³ Com candidatura deferida ou indeferida com recurso. Ressalvas quanto à base de dados: (1) 122 observações foram descartadas devido a erros nos registros das cidades natais dos candidatos, (2) 1286 observações foram descartadas por serem referentes a candidatos a deputado federal em UFs diferentes daquelas onde nasceram; destes, 123 foram eleitos.

Brasil	Eleitos	Não-eleitos	Total
Microrregião onde foi mais votado não é a mesma de nascimento	150	1225	1375
Microrregião onde foi mais votado é a mesma de nascimento	240	2902	3142
Estado de São Paulo	Eleitos	Não-eleitos	Total
Microrregião onde foi mais votado não é a mesma de nascimento	21	295	316
Microrregião onde foi mais votado é a mesma de nascimento	35	534	569

Torna-se claro que a maioria dos candidatos a deputado angaria grande parte de seus votos nas respectivas microrregiões natais.

Constata-se, também, que o QL⁴ médio dos deputados eleitos é significativamente menor do que o dos deputados não-eleitos: para o Brasil, 7,04 contra 12,36 e, para São Paulo, 17,98 contra 28,62. Dado que estamos tratando, aqui, das regiões onde cada deputado obteve mais votos, essa é mais uma evidência de que os deputados eleitos devem ter voto menos concentrado do que os não-eleitos, como apontam Avelino et al. (2016).

Seguindo a lógica da literatura apresentada e os achados da análise exploratória acima, é de se esperar que o QL de um candidato diminua conforme se aumente a distância do local em que ele constituiu seu capital político. Faz sentido analisar se essa hipótese se sustenta para os dados apresentados. Partimos de uma base semelhante à descrita acima, porém com a agregação geográfica no nível municipal. Elaboramos, para cada um dos candidatos, uma matriz de distância entre seu município de nascimento e cada um dos outros municípios⁵ da UF onde ele foi candidato. Obtivemos, assim, uma informação adicional às já descritas: a distância entre este município e o município natal do candidato.

Apresentam-se dois testes simples de correlação. Primeiramente, um índice de correlação de Pearson, visando identificar a associação linear entre QL e

⁴ Se a média do QL fosse igual à unidade, isto denotaria que os deputados teriam tantos votos em uma região quanto seria esperado pelo peso daquela região no estado.

⁵ A distância foi calculada a partir dos centroides dos municípios.

distância do município de nascimento. Seus valores foram de -0,0382 para o Brasil e -0,0385 para o Estado de São Paulo, o que indica pouquíssima correlação. Posteriormente, fizemos uma regressão simples do logaritmo do QL do candidato i no município h contra a distância em quilômetros entre o município h e o município j , natal⁶. Os resultados apresentam-se abaixo, respectivamente para o Brasil e para São Paulo:

<i>Dependent variable:</i>		
Quociente Locacional		
	(1)	(2)
Distância nascimento	-0.002*** (0.00001)	-0.001*** (0.00003)
Constant	-0.463*** (0.004)	-0.452*** (0.008)
Observations	493,701	130,998
R ²	0.023	0.006
Adjusted R ²	0.023	0.006
Residual Std. Error	1.680 (df = 493699)	1.719 (df = 130996)
F Statistic	11,777.380*** (df = 1; 493699)	825.631*** (df = 1; 130996)
<i>Note:</i>	* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01	

A interpretação da regressão é a que segue: dado um aumento de 100km na distância entre os municípios natal e observado, *ceteris paribus*, espera-se uma diminuição de 15,20% no QL para o Brasil e de 8,55% para São Paulo, com altíssimo nível de confiança. As regressões apresentadas têm pouco poder explicativo. No entanto, são suficientes para confirmarmos a hipótese de que o QL de um candidato diminui conforme se distancia de seu município natal (correlação negativa). Isso torna o município de nascimento uma boa *proxy* para local onde o candidato concentra seu capital político, tornando a análise ainda mais robusta.

A partir destas evidências apresentadas, podemos analisar com mais segurança a performance dos candidatos com base em suas regiões de origem.

⁶ $\log(QL_{i,h}) = \beta_0 + \beta_1 \text{distancia}_{h,j}$. Fazer tal análise no nível logarítmico permite uma interpretação percentual, mais intuitiva, dos resultados.

Tendo em vista que os candidatos concentram votos em suas áreas de nascimento, a pergunta passa a ser: qual o impacto desta concentração sobre a probabilidade de ser eleito.

O modelo propício para tal análise é um modelo de resposta binária, que denota a probabilidade de um evento acontecer (dentre duas opções: acontecer ou não acontecer), dados valores de variáveis independentes. Escolhemos uma regressão logística (logit), que calculará a probabilidade do candidato ser eleito, dados QL, gastos de campanha e coligação partidária com o governo atual da UF. A primeira variável é interessante pela própria pergunta que esse trabalho busca responder e foi calculada como sugerido em Avelino et al. (2016). As duas últimas variáveis são influenciadas pelo trabalho de Pereira e Renno (2007), que mostra efeito positivo do *coattail* dos governadores sobre os candidatos ao legislativo federal e apresenta, dentre outras variáveis, também o gasto de campanha como um fator de importante influência sobre a reeleição.

A partir do que sintetiza Wooldridge (2013), formulamos o seguinte modelo (vale lembrar que as observações são os candidatos a deputados, em suas microrregiões de nascimento):

$$P(D_result = 1|x) = G(\beta_0 + \beta_1 QL_i + \beta_2 gasto_14_i + \beta_3 coliga_gov_i)$$

Em que ***D_result*** é uma variável que assume valor 0 (não-eleito) ou 1 (eleito), ***QL*** é o valor do Quociente Locacional do candidato *i* em sua microrregião de nascimento, ***gasto_14*** é o valor, em mil reais, empenhado na campanha e ***coliga_gov*** é uma variável binária igual a 1 (se o candidato *i* é de um partido coligado com o partido do governador eleito do respectivo estado em 2010, ou seja, se ele é da coligação da situação na sua UF) ou 0 (caso contrário). *G* é a função de distribuição cumulativa de uma variável aleatória logística padrão:

$$G(z) = \frac{\exp(z)}{[1 + \exp(z)]}$$

que atribui valores entre 0 e 1 para todos os números *z*, reais.

A desvantagem do uso de um modelo Logit é a impossibilidade da interpretação dos coeficientes de forma trivial. Para se estimar a variação na probabilidade de um deputado ser eleito, dada uma variação unitária em uma das

variáveis dependentes, precisaríamos substituir a reta de regressão na função G acima. Ou seja, a variação na probabilidade de eleição é dada em função das variáveis dependentes e dos parâmetros estimados. Isso significa que o impacto de uma mudança marginal na variável independente de interesse sobre a variável dependente não é constante, pois ele depende do valor de todas as demais variáveis explicativas. Para contornar esse problema Wooldridge (2013) sugere adotar os valores médios de todas as variáveis e a partir destes valores calcular o impacto.

A primeira regressão na tabela abaixo se refere à probabilidade de eleição de deputados federais de todo o Brasil para 2014. A segunda regressão repete a primeira para o universo do estado de São Paulo.

	<i>Dependent variable:</i>	
	Resultado eleitoral	
	(1)	(2)
Quociente Locacional	-0.009*	0.002
	(0.005)	(0.005)
Gasto de campanha	0.003***	0.002***
	(0.0001)	(0.0002)
Coligação com Governador eleito	0.813***	1.599***
	(0.165)	(0.470)
Constant	-3.573***	-4.136***
	(0.113)	(0.305)
Observations	3,813	777
Log Likelihood	-685.985	-106.954
Akaike Inf. Crit.	1,379.969	221.908
<i>Note:</i>	* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01	

Como se observa na primeira regressão, o sinal de QL é negativo e estatisticamente significativa a um nível que está entre 5% e 10%, ou seja: quanto mais concentrados forem os votos de um candidato em sua região de nascimento (quanto maior o QL de i), menor a probabilidade de sucesso na eleição, o que a princípio contraria a hipótese mais aceita na literatura. Os outros coeficientes são

positivos e bastante significativos, indicando que quanto maior o gasto na campanha e, sendo o partido do candidato coligado ao partido do governo estadual da situação, maiores suas probabilidades de ser eleito. Tomados os valores médios das variáveis explicativas e considerando a função logarítmica, temos a seguinte interpretação do coeficiente para QL: para uma variação de um ponto no QL próximo à média amostral, o impacto sobre a probabilidade de eleição é de apenas -0,04%. Mesmo levando em consideração a significância estatística, cabe ressaltar que esse é um impacto muito pequeno, muito embora esse resultado não deixe de continuar reforçando nosso argumento. Os impactos de gasto de campanha e coligação com o governo estadual são de difícil identificação, pois possivelmente estão enviesados graças à omissão de variáveis. De qualquer forma, estas duas variáveis interessam apenas como controles para o presente trabalho.

No modelo para o **estado de São Paulo** observa-se que o sinal do coeficiente de QL se alterou; no entanto, não houve significância estatística. O impacto da variável de interesse, tomados os valores médios, é ainda menor do que na primeira regressão, sendo de apenas 0,007%, quando variamos em 1 ponto o índice QL. As interpretações dos outros coeficientes são análogas às do recorte nacional. Nota-se, então, que a concentração de votos na microrregião de nascimento não impacta na probabilidade de um candidato ou candidata ser eleito. Assim, essa não deveria ser uma estratégia dominante a ser utilizada por quem deseja vencer um pleito.

Conclusão

O levantamento bibliográfico realizado aponta que (a) há incentivos sistêmicos ao cultivo de um voto pessoal no Brasil, (b) esse voto deve ser local, concentrado em regiões onde o candidato dispõe de capital político, permitindo atalhos informacionais aos eleitores na escolha de candidatos, (c) os candidatos focariam, então, seus esforços de campanha nessas áreas e isso poderia ser suficiente para o sucesso em uma eleição proporcional e (d) os candidatos eleitos têm, em média, voto menos concentrado do que os candidatos derrotados. A partir destes pontos, buscamos verificar se o esforço de um candidato no sentido de concentrar seu voto, especialmente em sua microrregião natal, aumentaria suas chances de se eleger.

Verificamos que a maioria dos candidatos brasileiros tem um QL alto nas regiões natais, bem como são nelas que eles são mais votados, e que o QL vai diminuindo conforme nos afastamos da cidade natal do candidato. Ou seja, há evidências de que o voto é concentrado nas regiões de onde os candidatos vêm.

No entanto, através de um modelo Logit, verificamos que o efeito do QL da microrregião de nascimento (a concentração dos votos na região natal) é negativo sobre a probabilidade de um candidato ser eleito no caso nacional e positivo, porém não significativo, no estado de São Paulo. Isto é, aumentando o QL desta região (consequentemente, concentrando-se os votos nela) não há um aumento significativo na probabilidade de sucesso na eleição. Isto denota que esforços de concentração de voto – mesmo que sejam feitos em uma região onde, teoricamente, o candidato tem grande capital político e reputação estabelecidos – não aumentam as chances do candidato de se eleger, sendo esta estratégia, se dominante, pouco eficiente, confirmando o que sugerem Avelino et al. (2016).

Não queremos dizer, simplesmente, que o voto pessoal não é uma característica fundamental da competição eleitoral brasileira. Constatamos, apenas, que esse não parece ser tão fundamental para o sucesso eleitoral como a literatura inicialmente levantada leva a crer.

Esperamos ter contribuído para o debate a respeito dos dilemas entre representação de interesses nacionais e locais. Se existe um trade-off de políticas públicas, ele passa em boa parte pela conexão eleitoral, que no Brasil pode ou não estar ligada ao voto pessoal. É o que procuramos questionar neste trabalho.

Bibliografia

AMES, B. Disparately seeking politicians: strategies and outcomes in Brazilian legislative elections. 1992.

AMES, B. Electoral strategy under open-list proportional representation. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 2, p. 406–433, 1995.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; DA SILVA, G. P. **A concentração eleitoral no Brasil, 1994-2014**. São Paulo: [s.n.].

CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. **The personal vote: Constituency service and electoral independence**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

CAREY, J.; SHUGART, M. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral studies**, v. 14, n. 4, p. 417–439, 1995.

COX, G. **The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England**. New York: Cambridge University Press, 1987.

FIORINA, M. **Congress, Keystone of the Washington Establishment**. New Haven: Yale University Press, 1977.

KATZ, R. **A Theory of Parties and Electoral Systems**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

KING, G. Electoral Responsiveness and Partisan Bias in Multiparty Democracies. **Legislative Studies Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 159–181, 1990.

LANCASTER, T. D.; PATTERSON, D. W. Comparative Pork Barrel Politics: Perceptions from the West German Bundestag. **Comparative Political Studies**, v. 22, n. 4, p. 458–477, 1990.

MAINWARING, S. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. **Comparative Politics**, v. 24, n. 1, p. 21–43, 1991.

MCCUBBINS, M.; ROSENBLUTH, F. Party Provision for Personal Politics: Dividing the Votes in Japan. In: COWHEY, P.; MCCUBBINS, M. (Eds.). . **Structure and Policy in Japan and the United States**. New York: Cambridge University Press, 1994.

PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma

teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007.

REED, S. Democracy and the Personal Vote: A Cautionary Tale from Japan. **Electoral studies**1, v. 13, n. 1, p. 17–28, 1994.

SHUGART, M.; VALDINI, M.; SUOMINEN, K. Looking for locals: voter information demands and personal vote-earning attributes of legislators under proportional representation. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, p. 437–449, 2005.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. 4^a. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

